Boletim Notícias do Seguro: IA avança no setor segurador, mas impacto financeiro ainda é modesto

? A inteligência artificial já é parte estratégica do setor segurador. No entanto, o impacto financeiro ainda é limitado. Nesta edição do Boletim Notícias do Seguro, você confere os principais achados de um estudo da CNseg que mostra como a IA vem transformando processos como a subscrição, regulação de sinistros, atendimento e prevenção a fraudes.

Acesse o pdf da apresentação sobre a pesquisa *Inteligência Artificial e o Setor de Seguros no Brasil*, produzida pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg)

? O setor segurador injetou mais de R$ 266 bilhões na economia brasileira em 2025. O número reforça o papel do seguro como engrenagem essencial para o crescimento do país, garantindo proteção a famílias, empresas e ao agronegócio, além de fomentar investimentos de longo prazo.

? Um vídeo viral de uma jovem durante uma viagem reacendeu o debate sobre educação financeira, securitária e previdenciária. O caso evidencia como planejamento é fundamental para transformar sonhos em conquistas sustentáveis e você confere algumas dicas nesta edição.

? Dê o play para ficar por dentro das principais notícias, análises regulatórias, inovação em seguros, impacto econômico e tendências que movem o mercado segurador no Brasil: YouTube – Spotify

---

Responsabilidade Civil em acidentes de trânsito: em 1985, o debate sobre seguro e indenização

- Em 1985, a Revista de Seguros trouxe um debate central para o mercado segurador brasileiro: como garantir indenização às vítimas de acidentes de trânsito diante da dificuldade de comprovar a culpa do motorista.
- Naquele período, a teoria clássica da responsabilidade civil, baseada na comprovação de culpa, já enfrentava críticas. O alto número de vítimas que não conseguiam receber indenização evidenciava um sistema lento, burocrático e muitas vezes ineficaz.

Dificuldade de provar culpa em acidentes de trânsito

Um dos principais problemas apontados era a exigência de prova da culpa do condutor. Na prática, isso significava perícias demoradas, disputas judiciais prolongadas e desigualdade entre as partes envolvidas.

Para muitas vítimas, especialmente as de menor renda, o acesso à Justiça era limitado. A indenização acabava se tornando incerta, quase uma “loteria jurídica”, comprometendo a função social da responsabilidade civil.

Responsabilidade objetiva em acidentes de trânsito: o que é e por que ganhou força

Diante desse cenário, crescia a discussão sobre a responsabilidade objetiva, modelo que dispensa a comprovação de culpa e estabelece o dever de indenizar com base no risco da atividade.

A lógica era simples: se a circulação de veículos gera risco à sociedade, a reparação do dano não deveria depender exclusivamente da prova de culpa. Países como os Estados Unidos já adotavam modelos como o no fault, que priorizam a indenização rápida às vítimas.

Essa mudança representava uma transformação no entendimento jurídico do risco automobilístico.

Seguro obrigatório e indenização de vítimas de trânsito

A matéria também destacava o papel do seguro obrigatório de veículos como instrumento de proteção social. A indenização securitária surgia como complemento à responsabilidade civil, oferecendo resposta mais objetiva diante do aumento da frota e da complexidade do trânsito urbano.

O entendimento que ganhava espaço era que os riscos da circulação não decorrem apenas da conduta individual do motorista, mas da própria atividade de colocar o veículo em circulação.

O impacto do debate de 1985 no seguro de trânsito atual

Quase 40 anos depois, o debate permanece atual. A busca por modelos mais eficientes de indenização, a proteção das vítimas de acidentes de trânsito e a discussão sobre responsabilidade objetiva continuam no centro das políticas públicas e do mercado segurador.

A publicação de 1985 registra um momento importante da evolução do seguro de automóvel e da responsabilidade civil no Brasil, quando o setor começou a repensar a forma de equilibrar risco, justiça e proteção social.

Agenda: 13ª Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF 2026)

Sobre: A Semana ENEF é o maior movimento nacional de conscientização financeira do país. Em sua 13ª edição, será realizada de 18 a 24 de maio de 2026, com o tema central “Educação Financeira: construindo um futuro com longevidade e prosperidade”. Organizada pelo Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), a iniciativa mobiliza instituições públicas, privadas e do terceiro setor para promover ações gratuitas de orientação e informação em todo o Brasil.

Em 2026, a presidência rotativa do FBEF está sob responsabilidade da Superintendência de Seguros Privados (Susep), reforçando o protagonismo do mercado segurador na agenda de educação financeira e na promoção da cultura de gestão de riscos ao longo da vida.

Temas:

- Planejamento financeiro para uma vida mais longa
- Qualidade de vida e segurança econômica na aposentadoria
- Construção de prosperidade sustentável
- Autonomia na tomada de decisões financeiras
- Inclusão e acesso ao conhecimento
- Prevenção e proteção contra riscos financeiros

Participantes institucionais: Integram o Fórum Brasileiro de Educação Financeira, além da Susep:

- Banco Central do Brasil (BCB)
- Comissão de Valores Mobiliários (CVM)
- Secretaria do Tesouro Nacional (STN)
- Ministério da Previdência Social (MPS)
- Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc)
- Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon)
- Ministério da Educação (MEC)

Quando: 18 a 24 de maio de 2026

Onde: Ações presenciais e digitais em todo o território nacional

Inscrições e participação: Instituições interessadas podem promover atividades próprias ou em

parceria. As ações devem priorizar informação e orientação, sendo vedada a oferta de produtos ou serviços durante as atividades. **As orientações para cadastro na agenda oficial serão divulgadas em breve**.

Curiosidades: Criada em 2014, a Semana ENEF já reuniu milhares de iniciativas em todas as regiões do país, incluindo programas educacionais em escolas e universidades, oficinas de planejamento financeiro familiar, conteúdos digitais, orientação a empreendedores e ações voltadas à inclusão financeira, consolidando-se como referência internacional em política pública colaborativa de educação financeira.

Fonte: CNseg, em 25.02.2026